

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.143/2025

Processo Licitatório nº: 01.624/2025

Processo de Impugnação nº: 44.282/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS, para atender a Secretaria de Educação do Município de Nova Friburgo, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa **Solução Indústria e Comércio de Móveis Ltda, CNPJ 25.109.467/0001-03**, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.143/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 632/2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

A impugnante solicita que o órgão responsável esclareça qual é o fundamento técnico e jurídico que justifica a imposição dos laudos, certificados e normas indicados no edital. Considerando que a Administração Pública deve observar os princípios da isonomia, competitividade e proporcionalidade, consagrados na Lei nº 14.133/2021, faz-se necessário demonstrar de forma objetiva que tais exigências são indispensáveis para a garantia da qualidade, segurança e adequação dos produtos a serem adquiridos.

Requer-se a indicação explícita de qual órgão ou entidade técnica (como Inmetro, ABNT, Anvisa ou outros) determina, recomenda ou orienta que os laudos e certificações especificados sejam obrigatoriamente exigidos nos processos licitatórios para os itens em questão. Pede esclarecimento para tais certificações, se decorrem de regulamentação oficial aplicável ou se tratam de escolhas discricionárias do edital.

Nessa esteira, pleiteia exposição sobre o motivo de terem sido selecionados especificamente os laudos e certificados mencionados no edital, e não outros. Assim, que seja apresentada a motivação técnica que respalda essa seleção, a fim de evitar a adoção de requisitos que possam restringir a competitividade do certame.

A empresa questiona, ainda, a exigência da norma “ABNT NBR 13962:2018: Móveis para escritório – Cadeiras”, uma vez que alguns dos itens licitados sequer se caracterizam como mobiliário de escritório, como os itens 26 e 28. Portanto, não se aplica essa exigência geral.

Além disso, foi apontado que a exigência do Certificado em conformidade com a Portaria n.º 401/2020 do INMETRO ou com a ABNT 14006:2008 alcançou, de maneira equivocada, item que não se enquadra como conjunto individual de aluno - CJA, como, por exemplo, o item de n.º 26.

Por fim, a empresa solicita esclarecimentos quanto ao item “4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/2021)” que elenca diversos normativos a serem observados na contratação. Questiona se os laudos e certificados relativos a tais

normativos devem ser apresentados já na fase de habilitação da proposta ou se sua exigência se dará somente na fase de execução contratual. Ademais, a impugnante alega que tais exigências carecem de previsão legal, pois não concerne à finalidade da contratação.

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Por conseguinte, pleiteia:

- I) Retificação do Edital;
- II) Motivação da exigência dos laudos/relatórios/certificados/declaração;
- III) Suprimir as exigências que não forem pertinentes aos CJA;
- IV) Concessão de prazo mínimo de 30 (trinta) dias úteis para o envio dos laudos, caso se justifique e mantenha a exigência.

IV. DA ANÁLISE TÉCNICA

Ante o exposto, foram encaminhadas as razões da impugnante ao setor responsável pela elaboração do edital e ao setor requisitante para emissão de análise técnica destinada a subsidiar a decisão desta pregoeira, os quais informaram que:

- I) As especificações técnicas constantes do edital foram elaboradas com base no Manual de Orientações Técnicas – Volume 07 do FNDE (2017), referência nacional para padronização de mobiliário escolar, bem como na ABNT NBR 14006:2008 – Móveis Escolares, norma técnica que estabelece requisitos de segurança, ergonomia e durabilidade para uso educacional;
- II) A utilização das normas FNDE e ABNT atende aos princípios da eficiência, do planejamento, da padronização e da segurança, conforme arts. 6º, 11 e 42 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada execução contratual, a qualidade dos produtos e a proteção dos usuários, notadamente alunos e profissionais da rede municipal;

- III) As exigências de certificações e laudos técnicos previstas no edital foram definidas em razão da necessidade de garantir a qualidade e a conformidade técnica dos produtos, não constituindo restrição indevida à competitividade, mas medida indispensável para prevenir riscos de fornecimento inadequado, inexecução contratual ou entrega de itens fora dos padrões recomendados pelo FNDE;
- IV) A referência à ABNT NBR 13966:2008 – Móveis para Escritório aplica-se somente aos itens que possuem essa natureza, não incidindo sobre itens que não guardam pertinência técnica com tal norma, como os de nº 26 e 28, de modo que não haverá exigência indevida para produtos que não se enquadram na classificação de mobiliário de escritório;
- V) A conformidade com a ABNT NBR 14006 será exigida exclusivamente para itens classificados como Conjunto do Aluno – CJA, em consonância com o FNDE, de modo que, caso determinado item não se enquadre nesta categoria, não haverá exigência da certificação, afastando qualquer interpretação equivocada de aplicação indevida da norma;
- VI) Os documentos técnicos, laudos e certificações devem ser apresentados juntamente com a proposta, na fase de julgamento, pois a verificação prévia da capacidade técnica do licitante é necessária para evitar risco de contratar fornecedores que não atendam aos requisitos mínimos, garantindo continuidade das atividades escolares e mitigando eventuais atrasos ou substituições posteriores;

Diante da fundamentação apresentada, verifica-se que as exigências editalícias são técnicas, proporcionais, padronizadas e amparadas em normas oficiais, inexistindo vício ou irregularidade nas especificações adotadas. Assim, não há fundamento técnico que sustente as alegações da impugnante, permanecendo hígidas as exigências constantes do edital.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073/2022, subsidiado pela análise técnica da unidade requisitante, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA** em referência ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.143/2025, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo integralmente as disposições editalícias.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato <https://www.gov.br/compras>.

Nova Friburgo, 01 de dezembro de 2025.

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES

Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão IIII

Matricula: 468.036